

# Crise sistêmica e a consolidação do poder global estadunidense: determinantes e características do poder estrutural estadunidense pós-década de 1970

126

Leandro Ramos Pereira <sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo relaciona a crise sistêmica da década de 1970 à consolidação do poder global estadunidense. Primeiramente, argumentaremos que a crise da década não se deve à suposta crise de hegemonia estadunidense, mas ao antagonismo latente entre a autonomia relativa dos Estados Nacionais e a transnacionalização econômica – subproduto do padrão de organização da economia mundial liderado pelos Estados Unidos no pós-guerra. Adicionalmente, defenderemos que o encaminhamento da crise sistêmica consolidou os parâmetros estruturantes do seu poder interestatal – segurança/violência, moeda/finanças, produção/tecnologia – e inaugurou a era da crise estrutural do capital.

**Palavras-Chave:** Estados Unidos; hegemonia; poder global.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Anhembimorumbi (UAM) e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. | [le\\_eco@yahoo.com.br](mailto:le_eco@yahoo.com.br)



## Resumen

Este artículo vincula la crisis sistémica de la década de 1970 con la consolidación del poder global estadounidense. Primero, argumentaremos que la crisis de la década no se debe a la supuesta crisis de la hegemonía estadounidense, sino al antagonismo latente entre la autonomía relativa de los Estados Nacionales y la transnacionalización económica, un subproducto del patrón de organización de la economía mundial liderada por Estados Unidos en la posguerra. Adicionalmente, defenderemos que el manejo de la crisis sistémica consolidó los parámetros estructurales de su poder interestatal - seguridad/violencia, moneda/finanzas, producción/tecnología - e inauguró la era de la crisis estructural del capital.

**Palabras clave:** Estados Unidos; hegemonía; poder global.

## Abstract

This article links the systemic crisis of the 1970s to the consolidation of US global power. First, we will argue that the crisis of the decade is not due to the supposed crisis of US hegemony, but to the latent antagonism between the relative autonomy of the National States and economic transnationalization — a by-product of the pattern of organization of the world economy led by the United States in the postwar period. Additionally, we will defend that the forwarding of the systemic crisis consolidated the structuring parameters of its interstate power — security/violence, currency/finance, production/technology — and inaugurated the era of the structural crisis of capital.

**Keywords:** United States; hegemony; global power.

## Introdução

A crise da década de 1970 é, em geral, interpretada como um dos momentos mais marcantes da formação do capitalismo global. Sua solução projetou as bases das relações econômicas e geopolíticas que formataram o mundo entre o final da década e 2009.

Consolidaram-se, ao longo do tempo, diversas interpretações sobre os determinantes da crise da década de 1970, assim como as diversas características do capitalismo contemporâneo. Boa parte dos intérpretes, economistas e historiadores econômicos do período considera a crise de hegemonia estadunidense a causa primária da própria crise da década – cuja resolução teria impulsionado a ordem transnacional/neoliberal<sup>2</sup>.

Este artigo se propõe a questionar estas visões e apresentar um outro viés analítico. Argumentaremos que as teses dominantes esbarram em

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Glyn et al. (1990), Epstein & Schor (1990), Boltho et al. (1982), Hobsbawn (1995), Tavares (1985), Mazzuchelli (2011), Armstrong et al (1990), Van Der Wee (1986).



problemas interpretativos relacionados ao uso do conceito de hegemonia e em problemas de temporalidade e hierarquização das relações de causalidade ao compreender o processo de transnacionalização como uma espécie de reviravolta do mundo criado no pós-guerra – e não como o resultado deste modelo organizativo.

Defenderemos, em seguida a tese de que a crise do período não se relacionou à uma suposta crise de hegemonia, mas à crise sistêmica apoiada na contradição latente entre a autonomia relativa dos Estados Nacionais<sup>3</sup> e a transnacionalização econômica<sup>4</sup>. Argumentaremos que a transnacionalização foi o resultado da construção do projeto de poder global estadunidense desenhado e realizado já na etapa final da Segunda Guerra Mundial.

Por fim, alegaremos que a transnacionalização, a crise estrutural do capital e a consolidação do poder global estadunidense – mediante o fortalecimento dos parâmetros formatadores das relações interestatais –, foram elos de um mesmo momento histórico compreendido entre o final da

---

<sup>3</sup> Apoiados em Furtado (1987), entendemos autonomia relativa dos Estados Nacionais (no plano econômico) em termos da capacidade dos Estados, dotados de instrumentos de política econômica e centros internos de decisão, de mediar e direcionar o processo de acumulação de capital em prol de designios sociais e coletivos – mediação entre meios e fins. A racionalidade global das empresas transnacionais, a internacionalização produtiva e a integração comercial e financeira solaparam os centros de decisão e reduziram a eficácia dos instrumentos de política econômica mobilizadores da acumulação. Daí o enfraquecimento dos Estados Nacionais nos marcos da transnacionalização econômica.

<sup>4</sup> Apoiados em Meszáros (2002), entendemos por transnacionalização econômica o padrão de acumulação, mobilização e gestão do capital realizado em escala global – para além dos parâmetros geográficos, culturais e institucionais dos Estados Nacionais. Ela tanto realça a face incontrolável da dinâmica do capital quanto reforça o seu caráter totalizador e irresistível (p. 22). Tal como Furtado (1987) reconhecemos a constituição da ordem econômica internacional no pós-guerra como a causa primária do processo de transnacionalização econômica que emerge na década 1970, uma vez que irá recompor as condições de reprodução ampliada do capital mediante a integração comercial entre o Ocidente, a internacionalização das corporações multinacionais, a imposição do dólar como moeda internacional e a difusão do padrão tecnológico e de consumo irradiado pelos países centrais. Dentre as características do processo transnacionalização destacam-se o controle, pelas corporações transnacionais, das decisões de alocação e distribuição dos recursos produtivos e do padrão de consumo ao redor do mundo; a internacionalização produtiva e a constituição de cadeias globais de valor; a proeminência do comércio internacional sobre as condições de reprodução das economias nacionais; e a intensificação e relevância dos fluxos financeiros globais sobre as condições monetárias macroeconômicas dos países.



década de 1970 e 2009. Se por um lado a transnacionalização econômica acentuou as características centrífugas da lógica totalizadora, autoexpansiva e incontrolável do capital, por outro, as características centrípetas do poder estrutural estadunidense impediu que a crise estrutural do capital se manifestasse de forma imediatamente catastrófica<sup>5</sup>.

### **Crise de hegemonia ou crise sistêmica?**

As interpretações dominantes no plano econômico e historiográfico sobre a crise da década de 1970 e suas consequências têm, em comum e em geral, duas características marcantes: primeiramente relacionam esta crise à uma suposta crise de hegemonia estadunidense, fator primordial das instabilidades macroeconômicas e financeiras do período – superadas por sua reafirmação mediante o aumento significativo das taxas de juros; em seguida, veem na transnacionalização econômica a reviravolta final da transição, quase que instantânea, da Era Dourada ao capitalismo global. Em ambos os casos, tais construções analíticas os impediram de compreender a crise do período como uma crise sistêmica, determinada, em grande parte, pelo processo de formação do poder global estadunidense desde o pós-guerra.

A base analítica de boa parte destas interpretações repousa sobre a teoria do estabilizador hegemônico – herdada de construções teóricas de autores como Kindleberger (1973), Arrighi (1995) e Gilpin (1987). A hipótese de que a existência de um estabilizador hegemônico seria a condição necessária à estabilidade e crescimento sincrônico entre países serviu de parâmetro para o entendimento, não apenas do crescimento econômico da Era Dourada, mas também de sua crise na década de 1970.

Para autores como Glyn *et al.* (1990), Epstein & Schor (1990), Boltho *et al.* (1982), Hobsbawn (1995), Tavares (1985), Mazzuchelli (2011), Armstrong

---

<sup>5</sup> Apoiados em Panitch & Gindin (2012), entendemos poder global como a capacidade de um país dar a direção e o sentido das transformações socioeconômicas mundiais, assim como ditar o ritmo e a intensidade da dinâmica econômica internacional nos marcos de uma economia transnacionalizada. Escorados em Strange, 1987, compreendemos poder estrutural como a capacidade de um país exercer este poder global mediante os parâmetros militares, tecnológicos, produtivos, culturais, monetários e financeiros. Nos termos de Meszários (2002), a crise estrutural do capital refere-se às consequências catastróficas da lógica totalizadora, irresistível e autoexpansiva do capital global – crise do trabalho, crise ambiental e incontrolabilidade da lógica de valorização e acumulação – que coloca em xeque as condições de reprodução da vida na terra.



*et al* (1990), Van Der Wee (1986), Gilpin (1975) a hegemonia complacente/condescendente estadunidense no pós-guerra – decorrente do fardo da Guerra Fria – teria fortalecido os países capitalistas avançados e acentuado a concorrência intercapitalista. Esta abordagem é reforçada por economistas marxistas como Kidron (1971), Mandel (1982) e Mattick (2009) que realçaram o clímax das rivalidades interimperialistas na década de 1970 – ainda que não usando a teoria do *hegemon*. Consequentemente, a crise de Bretton Woods, as especulações cambiais, as saídas de capitais dos Estados Unidos, a aceleração inflacionária, o movimento diacrônico da economia mundial e a fuga do dólar seriam as manifestações da crise hegemônica estadunidense – subproduto do fortalecimento dos países capitalista avançados<sup>6</sup>.

A primeira fragilidade dos argumentos supracitados se manifesta na forma como, para a maior dos autores, a crise de hegemonia foi superada. A adoção de uma política monetária significativamente contracionista pelos Estados Unidos teria sido suficiente para colocar o mundo de joelhos e realinhá-lo aos seus interesses – ainda que a custo de baixas taxas de crescimento. No entanto, caso o poder estadunidense estivesse de fato ameaçado, esperar-se-ia medidas geopolíticas mais agressivas sobre seus rivais. Não se observaram, entretanto, ameaças militares, embargos econômicos, retaliações comerciais e financeiras e nem desinvestimentos arbitrários.

No plano mais intrínseco, a superestimação da teoria do estabilizador hegemônico impediu que a bibliografia incorporasse como elemento explicativo central da crise da década de 1970, as transformações mais imanentes do modo de produção capitalista. Ao subordinar os mecanismos de expansão e retração do ritmo de atividade econômica internacional à existência do *hegemon*, os autores consideraram vagamente o impacto das transformações quantitativas e qualitativas das forças produtivas e do padrão de acumulação sobre o ritmo de atividade econômica. A integração comercial, as economias transnacionais de escala e a mundialização financeira colocaram a autonomia relativa dos Estados Nacionais em xeque e consternaram os parâmetros monetários, cambiais e financeiros estabelecidos desde Bretton Woods.

O entendimento dos motivos pelos quais o aumento a política monetária contracionista no período foi suficiente para realinhar os países e a economia global a seus desígnios repousa sobre a forma como os Estados

---

<sup>6</sup> Para uma análise mais detalhada sobre a crítica ao debate sobre a crise da década de 1970 e as interpretações sobre o poder estadunidense, ver Pereira (2018).



Unidos formataram a economia mundial antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial. Distantes de estabelecerem uma hegemonia complacente/condescendente, os meandros de sua política externa revelaram uma estratégia de construção de uma ordem paulatinamente integrada, multilateral e seletivamente liberal ao redor de sua moeda, do seu capital e do seu poder bélico<sup>7</sup>. Nestes termos, o impacto dissuasivo do aumento da taxa de juros sobre as economias nacionais no final da década de 1970 comprovou, não a retomada de uma hegemonia supostamente perdida, mas que seu poder estrutural se fortalecera (PANITCH & GINDIN, 2012; STRANGE, 1987; PEREIRA, 2018).

A segunda limitação das interpretações tradicionais se relaciona ao entendimento da transnacionalização não como o resultado do padrão de integração construído desde o pós-guerra – e arquitetado pelos Estados Unidos –, mas como uma reviravolta decorrente do próprio sucesso da Era Dourada. Consequentemente, constroem uma visão binária da segunda metade do século XX. A ordem econômica internacional estável que permitiu aos países capitalistas avançados adotarem políticas econômicas relativamente autônomas foi substituída, de forma súbita, pelo processo econômico de transnacionalização.

Se por um lado autores como Glyn *et al.* (1990), Epstein & Schor (1990), Boltho *et al.* (1982) realçaram de modo mais explícito este viés interpretativo, autores como Hobsbawm (1995), Mazzuchelli (2011) e Mazier (1982) o revelam mediante a tese de que a Era Dourada sucumbira pelo seu próprio sucesso. Para Hobsbawm (1995), a internacionalização e reestruturação produtiva foi a consequência da incomum combinação keynesiana “de crescimento econômico numa economia capitalista baseada

---

<sup>7</sup> Entendemos por integração econômica a intensificação e interdependência dos fluxos comerciais e financeiros no processo de acumulação e reprodução do capital nas economias nacionais. Por ordem econômica multilateral, entendemos a constituição de parâmetros econômicos, legais e institucionais comuns no plano das relações internacionais que definem os padrões gerais das relações econômicas entre os países e empresas de diversas nacionalidades. Dentro os principais acordos econômicos multilaterais destacam-se o sistema de pagamentos internacionais – padrão cambial e mobilidade dos fluxos de capitais – e os acordos comerciais. Por ordem econômica seletivamente liberal, entendemos um padrão de integração comercial e financeira liderada pelo capital privado, mas cujo grau de abertura e qualidade da interação se subordinam às estratégias comerciais dos Estados capitalistas avançados. A diferença no grau de protecionismo entre produtos industriais e agrícolas dos países economicamente avançados exemplifica a seletividade do liberalismo econômico adotado pelas potências capitalistas.



no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga” (p. 276). Para Mazzucchelli (2011) intromissão “‘indevida e excessiva’ do Estado nas relações econômicas foi prontamente responsabilizada pelos percalços que o mundo capitalista atravessava. As dificuldades dos anos 1970 foram o combustível que alimentou a explosão liberal dos anos 1980” (p. 88).

Os autores supracitados não consideraram a tendência da ordem internacional, do padrão de acumulação e do modelo de desenvolvimento civilizacional estabelecidos sobre o mundo capitalista desde pós-guerra como elementos determinantes da crise da década de 1970 e do próprio processo de transnacionalização. Também não relacionaram estes movimentos ao processo de construção e consolidação do poder global estadunidense. Ao superestimar o próprio Estado Nacional no pós-guerra, os autores não perceberam que tanto a intervenção estatal quanto as políticas de bem-estar estiveram, desde o início, subordinadas à pulsão expansiva e internacionalista do capital sob liderança estadunidense.

Eis o ponto nevrálgico. Os esforços de construção do poder global estadunidense desde o pós-guerra criaram as condições para o desenvolvimento de políticas econômicas relativamente autônomas pelos países aliados – em especial pelos países capitalistas economicamente avançados. Mas à medida que o mundo se integrava segundo os parâmetros monopolizados pelos Estados Unidos, esta autonomia relativa ia se enfraquecendo na mesma proporção do fortalecimento do poder estrutural estadunidense (PEREIRA, 2018).

A década de 1970 representou uma crise sistêmica porque manifestou o clímax desta contradição: o esfacelamento dos parâmetros necessários ao funcionamento dos sistemas econômicos nacionais relativamente autônomos e a emersão do mundo transnacional. Nos termos de Meszáros (2002), é como se a nova infraestrutura do capital global – irresistível e totalizador – não suportasse mais a superestrutura de comando pretérita, comprometendo a capacidade de reprodução sociometabólica do capital – base da incontrolabilidade. Mas como veremos, se as consequências da crise limitaram os Estados Unidos enquanto Estado Nacional, o encaminhamento da crise os fortaleceram enquanto Estado capitalista no plano das relações interestatais<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Compreendemos Estados Nacionais, no plano econômico, nos mesmos moldes levantados por Furtado (1987): sistemas econômicos nacionais com autonomia relativa, dotados de centros internos de decisão, capazes de mediar meios – acumulação e capital – e fins – satisfação das necessidades de sua coletividade.



## A origem da crise sistêmica: a construção do poder global estadunidense no pós-guerra

A crise sistêmica da década de 1970 repousa sobre a forma como os Estados Unidos formataram a ordem econômica e geopolítica internacional desde o pós-guerra. Suas ações revelaram uma estratégia de construção, ainda que gradual, de uma ordem econômica internacional integrada, multilateral e seletivamente liberal ao redor de sua moeda, seu capital e sua estrutura de segurança. O relativo sucesso econômico deste período já continha em si os germes da crise posterior.

O protagonismo estadunidense nas relações internacionais se sustentou na defesa de um mundo capitalista apoiado em bases liberais – no que se refere ao protagonismo do capital privado na alocação dos recursos produtivos pelo mundo – mediante os parâmetros multilaterais estabelecidos pelos Estados Unidos. A influência desta estratégia é revelada não apenas pela adoção do dólar como a moeda reserva de valor mundial – ao lado do ouro –, mas por sua suprema influência nas instâncias decisórias das principais instituições multilaterais: como o FMI e o Banco Mundial. Os Estados Unidos também conseguiram contornar os problemas decisórios da OIC ao criarem o GATT e iniciarem o movimento gradual e seletivo de abertura comercial. O apoio ao regionalismo comercial europeu era visto como o primeiro passo em direção à uma abertura comercial mais robusta pelos países capitalistas avançados<sup>9</sup> (HUDSON, 2003, P. 27; BLOCK, 1980, P.88-91; MOFFIT, 1985, P. 23-4).

Ainda que os germes de seu poder global estejam revelados nas medidas econômicas adotadas acima, foram as estratégias de política externa e de segurança nacional que permitiram o seu desenvolvimento. Elas foram realçadas no famoso documento que circulou entre o *staff* estadunidense na década de 1950 – depois da crise do enfrentamento direto ao comunismo realizado entre a Doutrina Truman e a Guerra da Coreia –, o NSC-68. A proximidade entre as estratégias levantadas no documento e o que se observou em termos de política externa é estreita:

---

Apoiados em Marx (1987) pensamos Estado Capitalista enquanto instituição organizativa da vida política e social de uma coletividade, estruturada para garantir os interesses da classe dominante, criando condições para a valorização do capital e apropriação do excedente econômico pela burguesia.

<sup>9</sup> Pelas limitações correspondentes ao número de páginas deste artigo e pelos possíveis problemas de coesão daí decorrentes, sugerimos, para maiores detalhes sobre as características da política de contenção estadunidense, ver Pereira (2018).





cordão de isolamento militar e econômico ao redor do perímetro geográfico soviético; fortalecimento moral e econômico estadunidense; expansão significativa dos gastos militares; refortalecimento e integração econômica entre os países capitalistas avançados via acordos comerciais preferenciais e transferência de pacote tecnológico; estímulos à internacionalização do capital estadunidense; política de ajuda monetária e militar aos países pobres e diplomacia geopolítica – via dólar, acordos ou “porrete” – para garantir a disponibilidade de recursos naturais e matérias primas estratégicas aos Estados Unidos e ao mundo capitalista (PEREIRA, 2018, p. 1149-153; NSC-68, 1950).

Ainda que os empréstimos de reconstrução e o Plano Marshall tenham sido importantes para a reestruturação das economias europeias e japonesa destruídas pela guerra, a economia mundial voltou a crescer apenas no início da década de 1950, movimentada, primeiramente, pela acentuada expansão do gasto bélico estadunidense devido à Guerra da Coreia e, em seguida, pela execução da política de contenção, descrita no NSC-68.

No plano econômico, sua política externa teve duas direções. Primeiramente, a desvalorização de sua moeda, os gastos bélicos, as ajudas externas, as transferências tecnológicas e os acordos comerciais favoráveis aos aliados tornaram os Estados Unidos os gastadores de última instância, gerando demanda efetiva global em escala suficientemente acentuada para reativar os circuitos comerciais internacionais necessários à reprodução ampliada do capital. Em segundo lugar, os Estados Unidos geraram a liquidez necessária ao sistema de pagamentos internacionais, engordando a balança de pagamentos, reduzindo as restrições externas ao crescimento dos países capitalistas avançados e criando condições para que realizassem políticas econômicas expansionistas (BLOCK, 1980; HUDSON, 2003; PEREIRA, 2018). A autonomia relativa dos Estados Nacionais se subordinou, desde o pós-guerra, às estratégias de construção do poder global estadunidense.

No plano geopolítico e militar, a consolidação do Complexo Científico-Industrial-Militar, o apoio militar e financeiro aos países capitalistas aliados, a expansão das bases militares ao redor do perímetro geográfico soviético, as dezenas de acordos militares, a diplomacia comercial e financeira do dólar, o financiamento de golpes e regimes autoritários e os tratados de assistência recíproca foram fundamentais para atrair o Terceiro Mundo à área de influência econômica e cultural estadunidense. Tais ações alargaram o horizonte geográfico de circulação do capital e asseguraram a disponibilidade de alimentos e matérias primas essenciais à sua reprodução



ampliada (HOLSTI, 1991, p. 271-93; LENS, 2006, p. 496-8,523; SCHILLER & PHILLIPS, 1972, p. 02-09; PERLO, 1969, 28-9).

Ao mesmo tempo, os acordos geopolíticos e econômicos e a distribuição planetária da rede de segurança e bases militares estadunidenses aliviaram as incertezas do capital privado, uma vez que asseguraram internacionalmente os direitos de propriedade e potencializaram as medidas diretas e indiretas de retaliação diplomática e militar. A internacionalização das corporações multinacionais crescia – desde segunda metade da década de 1950 – *pari passu* às realizações das estratégias de política externa e de segurança nacional estadunidenses (KOLKO, 1972, p. 116-144; MAGDOFF, 1969, p. 117-8; BLOCK, 1980, p. 234; HUDSON, 2003, p. 122-263).

**Tabela 1.** Taxa Média de Crescimento Anual das Exportações Mundiais e do Investimento Direto Externo Estadunidense (%)

Rótulo	Período	Europa Ocidental	Mundo
Exportações	1950-73	8,38	7,88
Investimento Externo Direto Estadunidense	1960-72	10,10	6,12

Fonte: MADDISON, 2001, 126; FATEMI & WILLIAMS, 1975, p. 61.

A construção do poder global estadunidense e suas consequências repousaram no movimento interdependente observado entre sua política externa de segurança nacional<sup>10</sup> e sua política externa econômica<sup>11</sup>. Se observou, desde então, a universalização de um modo de vida gerido e transformado a partir dos parâmetros monopolizados pelos Estados Unidos.

<sup>10</sup> Complexo Científico-Industrial-Militar, gastos bélicos, acordos militares e diplomáticos, construção de bases militares ao redor do mundo e política externa de acesso a recursos naturais e matérias primas.

<sup>11</sup> Ativação, mediante déficit externo, do sistema de Bretton Woods, as políticas de fortalecimento das antigas potências, os a criação do GATT, a intensificação do investimento externo direto desde a década de 1950, o fortalecimento das corporações multinacionais, a internacionalização do sistema bancário na década de 1960 e os mecanismos diplomáticos, econômicos e militares de integração da periferia no sistema comercial, monetário e financeiro internacional.



A difusão do sistema americano – *american way of life*<sup>12</sup> – pelo mundo capitalista se deu tanto em função da maior integração comercial, quanto da forte expansão do Investimento Direto Externo estadunidense e dos países capitalistas avançados (LENS, 2006; FURTADO, 1987).

Por um lado, a forte taxa de crescimento das exportações mundiais – acima da taxa média de crescimento do PIB das nações – e as sucessivas rodadas de redução tarifária patrocinadas pelo GATT acentuaram a interdependência entre os países no que se refere à reprodução ampliada do capital e, concomitantemente, reforçaram a dependência econômica entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Por outro, a internacionalização do capital estadunidense e europeu provocou a homogeneização dos padrões de consumo segundo o modelo de eficiência da corporação multinacional e difundiu suas técnicas produtivas e modelos de gestão (PEREIRA, 2018).

O Excesso de gasto externo, o déficit em sua balança de pagamentos, o superávit comercial das economias europeias e japonesa, o desenrolar da política externa estadunidense, as ajudas externas e a internacionalização do seu capital foram essenciais para tornar o dólar a moeda reserva de valor global, difundindo-o nas transações comerciais e financeiras. Como contrapartida, o acúmulo de capital monetário daí decorrente reativou os circuitos financeiros e especulativos internacionais – amortecidos desde a crise do padrão-ouro. O excesso de dólares amplificou o espiral especulativo desencadeado pela ascensão do Euromercado – mercados financeiros e multimonetários desprovidos de regulação – e alimentou as instabilidades cambiais observadas desde o final da década de 1960. A farta disponibilidade de capitais e a liberdade e diversidade das operações impulsionaram a internacionalização do sistema bancário estadunidense –

---

<sup>12</sup> Tendo como referência Lens (2006), entendemos *american way of life* – também compreendido como o sistema ou o modo de vida americano – como o padrão cultural, tecnológico e de acumulação de origem estadunidense – desde a Segunda Revolução Industrial –, difundido e universalizado pelos mesmos a partir pós-guerra. Apoiada na lógica de acumulação e marketing do capital monopolista/financeiro, ele se manifestou, no século XX, pela urbanização acelerada, pela constituição da sociedade de consumo de massas, pelo modelo fordista de produção e pelo desenvolvimento do sistema de crédito e das Sociedades Anônimas. Nos termos de Furtado (1987), o sistema americano se caracterizou pela modernização constante dos padrões de consumo, pelo uso indiscriminado de matérias-primas e fontes não renováveis e pela racionalidade individual e privada de alocação dos recursos econômicos.



reforçando o seu domínio financeiro e intensificando a integração financeira (MOFFIT, 1984; HELLEINER, 1994; PANITCH & GINDIN, 2012; PEREIRA, 2018).

As transformações quantitativas decorrentes deste movimento engendraram mutações qualitativas no volume, potencial e dimensão do capital, solapando os parâmetros pretéritos que asseguravam, em termos de superestrutura, suas condições de sua reprodução ampliada. A Era Dourada criou as condições para a formação do capital global/transnacional, que reverteu os parâmetros formatadores da autonomia relativa das economias nacionais.

As instabilidades macroeconômicas, monetárias, financeiras e geopolíticas da década de 1970 representaram o clímax desta contradição. A desaceleração do crescimento econômico no período se relacionou, não apenas à saturação da difusão do padrão tecnológico e cultural estadunidense nos países capitalistas avançados, mas ao encurtamento do horizonte de cálculo capitalista decorrente das incertezas oriundas do avanço do patamar inflacionário e da volatilidade cambial (Tavares & Belluzzo, 1984). O volume acentuado das especulações cambiais e a incapacidade de defesa do valor das moedas nacionais foram consequências do excesso de liquidez em dólar durante as décadas de 1950 e 1960, do seu deslocamento para praças financeiras *offshore*, da internacionalização do sistema bancário estadunidense e das desregulações financeiras iniciadas já na primeira metade da década de 1970 (MOFFIT, 1984; HELLEINER, 1994; PANITCH & GINDIN, 2012, MAGDOFF, 1969). A aceleração do patamar inflacionário correspondeu ao aprofundamento do conflito distributivo decorrente da promoção, pelo Estado, da oligopolização do capital multinacional e do movimento de sindicalização da classe trabalhadora (BRENNER, 2003, KALDOR, 1987, PEREIRA, 2018).

A mundialização financeira em curso desde meados da década de 1960 – e seus impactos – foi consequência do aprofundamento das relações comerciais e produtivas promovidas pelos Estados Unidos – e sustentadas pelos países capitalistas avançados – desde o pós-guerra. O controle de capitais, o regime de câmbio fixo e a estabilidade da relação ouro-dólar – característicos do sistema de Bretton Woods – se tornaram incompatíveis com volume e a mobilidade espacial e temporal do capital monetário. Por conseguinte, não foi crise de Bretton Woods que desestabilizou a ordem econômica internacional. Foi o aprofundamento da ordem econômica internacional sob a liderança militar, produtiva, tecnológica e financeira estadunidense que esfacelou os parâmetros deste sistema de Bretton Woods (PEREIRA, 2018).



A ordem econômica mundial na década de 1970 continha, assim, os pilares de sustentação da transnacionalização econômica. A relevância do comércio internacional nas economias nacionais se consolidou devido às políticas seletivas de abertura comercial e à redução das barreiras tarifárias. As instituições, regras e acordos multilaterais criaram parâmetros comuns de interação entre Estados e capitais privados de diferentes nacionalidades. A acentuada internacionalização do capital monopolista/financeiro homogeneizou padrões de consumo ao redor do mundo e criou parâmetros globais de gestão e alocação da riqueza – condições elementares para a adoção de escalas transnacionais de produção. A internacionalização e integração financeira aceleraram a mobilidade espacial e temporal do capital e diversificaram suas formas de acumulação e valorização.

O enfraquecimento dos Estados Nacionais foi uma das principais consequências das transformações supracitadas. Os instrumentos de controle, distribuição e estímulos à acumulação disponíveis às economias nacionais foram neutralizados pelo peso crescente dos fluxos comerciais e financeiros internacionais e pela nova lógica de valorização do capital, alocação dos recursos e gestão da riqueza pelas corporações – cada vez mais transnacional (FURTADO, 1987). A relevância crescente das expectativas do capital monopolista/financeiro sobre as variáveis monetárias e cambiais reduziu a eficácia das políticas monetárias e fiscais sobre o produto. O pacto social entre capital e trabalho foi desmantelado pela desaceleração da produtividade, aceleração inflacionária e concentração de mercado. A mundialização financeira, as inovações financeiras e a intensificação da especulação reduziram a capacidade de estabilização cambial e regulação da liquidez pelos bancos centrais.

O aumento acentuado das taxas dos juros realizado pelos Estados Unidos em 1979 tanto configurou o encaminhamento da crise sistêmica, quanto representou uma explícita demonstração de força de seu poder estrutural. De uma vez, o enxugamento da liquidez global colocou – pelos canais monetários, financeiros e comerciais – os países capitalistas avançados de joelhos e disciplinou os capitais globais quanto aos limites dos questionamentos ao dólar e à direção da geopolítica mundial. A economia mundial entrou em recessão, a inflação foi estancada, os capitais privados se redirecionaram à Wall Street e o ritmo da economia mundial se ressincronizou à dinâmica macroeconômica estadunidense. Tal ação exprimiu, portanto, as faces de um poder global consolidado<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Pereira (2018) apresenta um conjunto de evidências que reforçam, não o enfraquecimento, mas a difusão e consolidação do dólar durante a década de 1970.



## **Da crise sistêmica à crise estrutural: transnacionalização e consolidação do poder global estadunidense**

O realinhamento econômico e geopolítico do mundo após o choque de juros inaugurou uma nova era da economia mundial, caracterizado pela emergência do processo de transnacionalização – já em curso desde o pós-guerra – e pela consolidação do poder global estadunidense. Se por um lado, as forças centrífugas da transnacionalização econômica engendraram políticas neoliberais e maiores instabilidades macroeconômicas, por outro, a força centrípeta do poder global estadunidense foi incapaz de conter o movimento autexpansivo, totalizador e irresistível do capital global. Por conseguinte, solução da crise sistêmica conduziu o mundo à crise estrutural do capital – não manifestada de forma catastrófica entre 1979 e 2009.

A transnacionalização econômica solapou a autonomia relativa dos Estados Nacionais do ponto de vista econômico. A gradual importância do comércio internacional estimulou reduções tarifárias e exacerbou o papel da balança comercial sobre a demanda agregada nacional. A crescente mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital acentuou a abertura financeira e intensificou o papel da conta financeira sobre a estabilidade monetária dos países, limitando a autonomia das políticas fiscais e monetárias. A internacionalização produtiva e a formação das cadeias globais de valor fortaleceram o papel das corporações globais enquanto criadoras, gestoras e alocadoras dos recursos e da riqueza mundial segundo seus desígnios, despidas de mecanismos exógenos de regulação. Nos

139

---

O Eurodólar cresceu significativamente durante o período, assim como o financiamento extraterritorial do capital privado estadunidense; a posse, por não residentes, de ações corporativas e títulos públicos estadunidenses denominados em dólar também aumentou – tanto em termos absolutos quanto em termos relativos –; os haveres estrangeiros depositados em bancos estadunidenses cresceram entre 1970 e 1979 – apesar da ligeira queda entre 1976 e 1979 –; a proporção de ativos e passivos dos bancos europeus denominados em dólar manteve-se alta, com crescimento real positivo; os empréstimos em dólares para países subdesenvolvidos e socialistas cresceram substancialmente, reforçando os vínculos de subordinação monetários financeiros. Ressaltou, no plano estrutural, que os mercados financeiros estadunidenses – empréstimos e aplicações dos bancos comerciais e volume de títulos e notas negociáveis do governo – eram maiores que o Eurodólar no período, assim como o estoque do seu investimento externo em relação ao seu passivo externo.



termos de Barnet & Muller (1974), o mercado mundial se apresentou sob a forma de um grande "Shopping Center Global": supermercados de recursos e bens, abertos 24 horas, intermediados por empresas transnacionais, formadoras da comunidade de consumo global (p. 33).

A consequência foi a ascensão do capital global desprovido de uma superestrutura supranacional adequada à mediação entre o processo de acumulação e suas condições de reprodução sociometabólicas. A ruptura das unidades sincrônicas existentes entre a produção do capital e seu controle, entre a produção da riqueza e o consumo e entre a produção e a circulação de valor amplificou a instabilidade deste modo de produção, tornando-o irresistível e incontrollável (MÉSZÁROS, 2002, p. 108-124). Os Estados nacionais se viram despidos dos centros internos de decisão e mais subordinados à lógica global de valorização e acumulação do capital global, nos marcos da transnacionalização econômica.

Em que pese o enfraquecimento dos Estados Nacionais daí decorrente, a transnacionalização econômica projetou os Estados Unidos como nação inquestionavelmente soberana nos marcos das relações interestatais. A consolidação do seu poder global repousa sobre o fortalecimento estrutural, ou seja, o fortalecimento dos parâmetros definidores do poder interestatal no capitalismo moderno: segurança/violência, moeda/finanças, produção/tecnologia/cultura (STRANGE, 1986; PANITCH & GINDIN, 2012).

Os Estados Unidos superaram o desafio soviético ao investir maciçamente no setor bélico e de tecnologia aeroespacial, ampliar o orçamento em defesa, desenvolver diversas armas letais, elevar desproporcionalmente a produção de armas de destruição em massa, expandir e modernizar as bases militares ao redor do mundo e garantir, via intervenção militar, diplomacia ou atuação de suas corporações, as matérias primas e recursos naturais estratégicos ao "mundo livre" (WOOD, 2005; MONTHLY REVIEW/EDITORIAL, 2002; LENS, 2006; KIERNAN, 2009; HOLSTI, 1991; STRANGE, 1986; SCHILLER & PHILLIPS, 1972; KOLKO, 1972; HITCH, 1972; MAGDOFF, 1969).

Os Estados Unidos consolidaram a sua capacidade de gerar liquidez e direcionar o volume do crédito global por meio do padrão monetário *US Treasure Bill*. O dólar se tornou a moeda reserva de valor universal, lastreando os empréstimos, aplicações financeiras e contratos comerciais ao redor do mundo. Seus déficits externos, a dimensão do seu mercado financeiro, sua política monetária e o tamanho de sua economia contribuíram para a atração de capitais internacionais a Wall Street, consolidando-o como o centro financeiro do mundo. As reformas



liberalizantes projetaram o modelo institucional, legal e de gestão de suas corporações financeiras para o mundo, intensificando as aberturas e desregulamentações financeiras (HUDSON, 2003; PANITCH & GINDIN, 2012; MOFFIT, 1984; SERRANO, 2002; HELLEINER, 1994).

Em consonância com suas corporações, os Estados Unidos se mantiveram como o centro criador e irradiador do padrão cultural-tecnológico. Os elevados gastos em P&D e defesa, os investimentos realizados pelo Pentágono, pela NASA, pelo Departamento de Saúde e pelo Complexo Científico-Industrial-Militar e o financiamento às inovações realizadas pelas universidades e corporações permitiram que os Estados Unidos permanecessem como o epicentro da inovação tecnológica do mundo. O surgimento e desenvolvimento de setores novos e estratégicos como os de tecnologia espacial, energia nuclear, biotecnologia, indústria farmacêutica, mineração oceânica, microcomputadores, telecomunicações, automação fabril, semicondutores e processamento de dados foram reflexos da institucionalização de seu sistema nacional de inovações. Por meio da internacionalização de suas corporações, os Estados Unidos conseguiram impor seu estilo de vida e seu modelo tecnológico ao resto do mundo, uniformizando padrões de consumo e modos de vida em escala planetária<sup>14</sup> (FURTADO, 1986; STRANGE, 1986; PANITCH & GINDIN, 2012; PEREIRA, 2018).

Não se pode correlacionar, portanto, a crise sistêmica da década de 1970, a uma suposta crise de hegemonia estadunidense. Pelo contrário, ela reflete a consolidação de seu poder global, cujo encaminhamento contribuiu sobremaneira para a projeção de sua superestrutura institucional para além de seus limites geográficos – seja pela imposição do seu sistema mundial de segurança, seja pela institucionalização internacional de padrões legais, contábeis e regulatórios. Pavimentou o caminho para a unificação da trajetória de desenvolvimento civilizacional apoiado no sistema americano – consumo de massa de bens obsoletos, uso indiscriminado energia não renovável e racionalidade privada, empresarial e supranacional no uso dos recursos escassos (RIBAS, 2001; FERNANDES, 1973; FURTADO, 1986).

---

<sup>14</sup> “(...) Apesar do acirramento da concorrência global, as corporações transnacionais com sede nos Estados Unidos estiveram, majoritariamente, entre as grandes corporações globais, com importância significativa na produção de bens e serviços formadores do PIB – além de serem os líderes em diversos setores estratégicos. O volume de seus investimentos externos diretos continuou expressivo frente aos investimentos externos de outras nações” (PEREIRA, 2018, p. 246).





O Estado norteamericano avalizou, em termos geopolíticos e institucional, o império do capital global. Neste novo contexto, as reformas neoliberais tiveram o papel de reverter a relação de subordinação entre Estado e capital e, desta forma, reforçar a dominação direta e indireta dos países economicamente avançados, em especial dos Estados Unidos, sobre os países pobres, dependentes e subdesenvolvidos. A transnacionalização, mediada pelo poder estrutural estadunidense – e apoiada pelos subsistemas imperialistas dos países economicamente avançados –, criou mecanismos indiretos e impessoais de coerção – tais como integração econômica desigual e instrumentos jurídicos, comerciais e financeiros – que disciplinaram a ação dos Estados Nacionais e sufocaram economicamente aqueles que interferiram no sistema de propriedade e nos padrões operacionais do capital. O poder do capital global, por conseguinte, não se baseia na inexistência de Estados críticos ao seu *modus operandi*, mas à extrema dificuldades de sobreviverem à sua revelia (WOOD, 2005, p. 01-14).

A característica mais marcante do período compreendido entre 1979 e 2009 repousa, não obstante, no fato do poder estrutural estadunidense ser incapaz de tomar as rédeas da lógica expansiva, totalizadora e irresistível do capital global, por não poder superar nem a concorrência interestatal e nem a concorrência intercapitalista. Tal fato impede a constituição de uma superestrutura supranacional forte o suficiente para sincronizar as unidades sociometabólicas de produção, realização e reprodução do capital e direcioná-los à fins socioambientais.

Mas pela própria existência deste poder estrutural, a incontrolabilidade do capital global não se manifestou, entre o período supracitado, de forma cataclísmica. A crise ambiental, as instabilidades e assimetrias macroeconômicas e a crescente degeneração do mundo do trabalho se apresentaram de forma explícita, porém gradual, não comprometendo a transnacionalização, o surgimento de novos eixos tecnológicos e geográficos de acumulação e a capacidade de realização do mais-valor pelo capital global.

Em outros termos, a força centrípeta do poder estrutural estadunidense nos marcos da globalização impediu que a força centrífuga do capital global se manifestasse sob a forma de uma crise imediatamente catastrófica. A realidade distópica se apresentou como um devir distante para a qual a sociedade marcha lenta e gradualmente.



## Considerações finais

Diferentemente das interpretações convencionais sobre a crise da década de 1970, não consideramos que ela tenha sido causada pela crise de hegemonia dos Estados Unidos e nem que o seu encaminhamento fosse subproduto da ascensão súbita da transnacionalização – decorrente do “sucesso” da Era Dourada. A análise da relação entre a economia mundial e a política externa estadunidense desde o pós-guerra nos permite afirmar que a crise da década de 1970 foi sistêmica, uma vez que o antagonismo latente entre autonomia relativa dos Estados Nacionais e a emersão do processo de transnacionalização econômica atingira o seu clímax. É-nos permitido, assim, defender a tese de que esta crise é originária do padrão de organização do mundo capitalista pelos Estados Unidos desde o pós-guerra: ordem multilateral, integrada e paulatinamente liberal ao redor de sua moeda e de sua estrutura militar, tecnológica, produtiva e financeira.

A solução da crise sistêmica jogou luz ao fortalecimento do poder estrutural estadunidense nos marcos da transnacionalização e inaugurou o período de crise estrutural do capital. Por um lado, o poder global estadunidense atuou como força centrípeta, articulando o mercado mundial e as relações interestatais segundo seus desígnios. Por outro, por não superarem a concorrência interestatal e intercapitalista, a superestrutura institucional estadunidense foi incapaz de conter a pulsão totalizadora e irresistível do capital global, tornando-o incontrolável. A crise estrutural se apresentou, conseqüentemente, de forma crítica, mas não pela catástrofe, entre 1979 e 2009.

Resta-nos considerar, daqui por diante, as novas características da crise estrutural do capital desde 2009. A dimensão e o poder dissuasivo dos mercados financeiros globais, a frequência das crises financeiras, epidemiológicas e socioambientais, a crise das democracias ocidentais e a ascensão de governos neofascistas e a retomada das rivalidades interestatais e intercapitalista decorrentes da ascensão da economia chinesa podem estar acelerando a marcha distópica da humanidade em direção à barbárie absoluta.



## Referências

- ARMSTRONG, P.; GLYN, A.; HARRISON, J. **Capitalism Since 1945**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora UNESP, 1995.
- BARNET, R. & MULLER, R. **Global Reach: The Power of the Multinational Corporation**. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BLOCK, F. **Los Orígenes del Desorden Económico Internacional: La Política Monetaria de los Estados Unidos desde la Segunda Guerra Mundial hasta Nuestros Días**. Mexico: Foundo de Cultura Economica, 1980.
- BOLTHO, A. (org). **The European Economy: Growth and Crisis**. New York: Oxford University Press, 1982.
- CAIRNCROSS, F & CAIRNCROSS, A. (org). **The Legacy of The Golden Age**. London: Routledge, 1992.
- EPSTEIN, A. & SCHOR, J. B. Macropolicy in the Rise and Fall of The Golden Age. In: Marglin S. A. & Schor J. B. **The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience**. Oxford: Claredon Press, 1990.
- FATEMI, N. S. & WILLIAMS, G. W. **Multinational Corporation: The Problems and Prospects**. South Brunswick : A. S. Barnes, 1975.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Biblioteca de Ciências Sociais. São Paulo: Ed. Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: Fernandes, F. (Org): **"Marx & Engels: História"**; São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- FURTADO, C. **Transformação e Crise na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GILPIN, R. U.S. **Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment**. Basic Books, 1975.
- \_\_\_\_\_. **The Political Economy of International Relations**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914 – 1989)**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Marica Cecília Paoli: - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTI, K. J. **Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1989**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1991.
- HUDSON, M. **Super-Imperialism: the Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance**. London-Sterling-Virginia: Pluto Press, 2003.
- KIDRON, M. **El Capitalismo Occidental de la Posguerra**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1971.



- KIERNAN, V. G. **Estados Unidos: O Novo Imperialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.
- KINDLEBERGER, C. **The World in Depression: 1919-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.
- KOLKO, G. **Raíces de la Política Exterior Norteamericana**. Colômbia: Ed. La Oveja Negra, 1972.
- LENS, S. **A Fabricação do Império Americano**. Da Revolução ao Vietnã: Uma História do Imperialismo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MADDISON, A. World Economy – A Millennial Perspective. **Development Centre Seminars – OECD**, 2001.
- MAGDOFF, H. (1969). **The Age of Imperialism: The Economics of U.S. Foreign Policy**. New York and London: Modern Reader Paperbacks, 2001.
- MAZZUCCHIELLI, F. **Os Dias de Sol: a Formação da Idade de Ouro do Capitalismo**. Mimeo, 2011.
- MATTICK, P. **Marx y Keynes: Los Limites de la Economía Mixta**. Versão Digital: Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques; [cica\\_web@yahoo.com.br](mailto:cica_web@yahoo.com.br); <http://cai.xtreemhost.com>.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MESZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOFFITT, M. **O Dinheiro no Mundo – De Bretton Woods à Beira da Insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. **The Making Of Global Capitalism**. London and New York: Verso, 2012.
- PEREIRA, L.R. **Supremacia Norteamericana e a Gênese do Poder Global: O Mito dos Anos Dourados à Luz dos Imperativos Imperialistas Estadunidenses**. Tese de Doutorado. Campinas-Instituto de Economia/UNICAMP, 2018.
- PERLO, V. **Militarismo e Indústria: Armamentos e Lucros na Era dos Projéteis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- RIBAS, V. T. **Hegemonia e Império: Trajetória dos Estados Unidos na Segunda Metade do Século XX**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), 2001.
- SCHILLER, I. H. & PHILLIPS, J. D. **Super State: Readings in the Military-Industrial Complex**. University of Illinois Press, 1972.
- STRANGE, S. (1987). The persistent myth of lost hegemony. **International Organization**, vol. 41, n. 4, 1987.
- SERRANO, F. Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível. **Economia e Sociedade**, vol. 11, n. 2. Campinas-SP, 2002.



- TAVARES, M. C. A Retomada da Hegemonia Americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, Vol. 5 No. 2, Apr-Jun, 1985.
- TAVARES, M. C. e BELLUZZO, L. G. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. **Revista do Instituto de Economia Industrial**, UFRJ, dezembro de 1984. Republicado em: REGO, J. M., org. *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VAN DER WEE, H. **Prosperity and Upheaval: The World Economy: 1945-1980**. New York : Penguin Books, 1986.
- US NATIONAL SECURITY COUNCIL. **NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security**. A Report to the President Pursuant to the to the President's Directive of January 31, 1950 – TOP SECRET – Washington, april 7. Disponível online: <http://www.citizensource.com/History/20thCen/NSC68.PDF>.
- WOOD, E. M. **Empire of Capital**. New York: Ed. Verso, 2005.

*Recebido em 13 out. 2021 | aceite em 23 nov. 2021*

